



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI  
Rua Nossa Senhora do Rosário, 35 – Centro – Cuitegi/PB  
CNPJ: 08.781.791/0001-46  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

## APRECIÇÃO DE PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO 12.2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº230529/PE00012.

**OBJETO:** AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DIVERSOS, DESTINADOS A ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, EXERCÍCIO 2023.

**EMENTA:** Impugnação de edital interposto pela empresa **MULTI QUADROS E VIDROS LTDA**, CNPJ Nº 03.961.467/0001-96, pleiteando a modificação de especificações técnicas do item 148 do termo de referência, anexo I do Edital de licitação.

O Município de Cuitegi – Estado da Paraíba, neste ato representado por seu Pregoeiro Municipal, nomeado pela Portaria nº 082/2023, em razão de **IMPUGNAÇÃO** ao Ato convocatório da Licitação em epígrafe, proposta pelo supracitado impugnante, vem apresentar as suas razões, para, ao final decidir, como segue:

### I – DO RELATÓRIO:

Trata-se da análise da **IMPUGNAÇÃO** ao ato convocatório do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2023, cujo objeto são aquisições parceladas de materiais de expediente diversos, destinados a atender as Secretarias Municipais e Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social, objetivando a modificação de especificações técnicas de item do Termo de Referência.

### II – DA TEMPESTIVIDADE:

Em análise dos requisitos de admissibilidade, verifica-se que a impugnação em referência à tempestiva, senão vejamos:

**Dispõe o Decreto 10.024/2019 a respeito da impugnação que:**

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do Pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

A Licitação está agendada para acontecer no dia 15.06.2023 – (Quinta Feira), com início da Sessão às 09h00min e a empresa apresentou o pedido de impugnação no dia 06.06.2023, portanto considerado tempestivo.

Considerando, o Decreto Municipal nº 23//2023, publicado no Diário Oficial do Município em 07.06.2023, tornando facultativos os expedientes municipais de 08 e 09 de junho de 2023, o segundo dia útil, prazo para resposta da impugnação passa a ser 12.06.2023, conforme preceitos contidos no § 1º, do art. 24, do Decreto Federal nº 10.024/2019.

### III – DAS RAZÕES:

Em apertada síntese, através de suas argumentações, a impugnante manifesta seu inconformismo em relação às especificações técnicas do item 148, contida no Termo de Referência – Anexo I, do Edital de Licitação. Alega que as especificações técnicas descritas abrem margem para licitantes oferecerem produtos inferiores e de baixa qualidade, lesando o órgão e os outros licitantes que prezam por qualidade, que as especificações postas não atendem de um quadro para uso escolar ou uso contínuo; que o descritivo correto: QUADRO BRANCO, ou CHAPA DE FIBRA DE MADEIRA EM PINTURA IV BRANCA BRILHANTE, CONFECCIONADOS COM ESTRUTURA MDF (com espessura mínima de 6mm), sobreposto por laminado melamínico de alta pressão.

Nesse passo, numa demonstração de transparência da Administração do Município de Cuitégi-PB, cabe realizar as considerações que seguem, registrando-se ainda, que a Administração Pública deve agir norteadas pelos princípios basilares do direito Administrativo, dos quais explicitamos o da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, com atuação dentro do supedâneo normativo vigente.

O princípio da legalidade representa uma garantia para os administrativos, pois, qualquer ato da Administração Pública somente terá validade se respaldado em lei, em sua acepção ampla. Representa um limite para atuação do Estado, visando a proteção do administrador em relação ao abuso de poder.

No direito administrativo, esse princípio determina que a Administração Pública, em qualquer atividade, está estritamente vinculada a Lei. Assim, se não houver previsão legal, nada pode ser feito. No princípio genérico, a pessoa pode fazer de tudo, exceto o que a lei proíbe. No princípio específico, a **Administração Pública só poder fazer o que a Lei autoriza, estando engessada, na ausência de tal previsão**. Seus atos tem que estar sempre pautados na legislação. É a legislação quem estabelece como um juiz deve conduzir um processo ou proferir uma semelhança; ou o trâmite de um projeto de lei no legislativo ou a fiscalização das contas presidenciais pelo TCE, ou as regras para aquisição de consumo pelas repartições. Tudo tem que estar normatizado, e cada um dos agentes públicos estará adstrito a o que a lei determina.

O princípio da Legalidade encontra-se expressamente disposto em nossa Constituição federal:

Constituição Federal

(...)

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa **senão em virtude de lei**; (grifou-se).

O Edital do certame foi devidamente publicado no quadro oficial de Avisos localizado no rol da Prefeitura, no **Diário Oficial do Município** em 30.05.2023, no **Diário Oficial do Estado da Paraíba** em 31.05.2023, no **Jornal a União** em 31.05.2023 e no **Diário Oficial da União** em 01.06.2023, em respeito aos princípios da publicidade e da impessoalidade.

A obediência ao Princípio da Publicidade demonstra a transparência no exercício da atividade administrativa por parte do Município de Cuitégi-PB.



Pelo princípio da publicidade, a Administração Pública não deve cometer atos obscuros, à revelia da sociedade e dos órgãos de controle, devendo divulgar suas ações de forma ética e democrática.

Já no princípio da impessoalidade, a Administração Pública tem que agir objetivamente em prol da coletividade. Os atos de pessoalidade são vedados uma vez que, a atividade administrativa e a ela são imputadas todas as condutas dos agentes públicos.

Desta feita, todos os trabalhos seguem em conformidade com o princípio da moralidade, da eficiência, bem como, ainda, em busca da proposta mais vantajosa para o município.

Em relação às alegações do impugnante, esta comissão de Pregão analisou pormenorizadamente os aspectos administrativos do Processo e suas necessárias exigências ante o objeto ora licitado, para atender à demandas da Administração, chegando ao senso comum de que merecem prosperar as alegações da empresa, haja vista que a modificação nas especificações técnicas dos itens em comento é medida que se impõe.

O art. 37 da Constituição da república prescreve:

*Art. 37. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência...*

Os atos administrativos devem sempre visar o interesse social ou interesse coletivo, não obedecendo estes parâmetros o ato se tornará nulo, por desvio de poder ou finalidade, que poderá ser reconhecido ou declarado pela própria Administração ou Poder Judiciário.

A discricionariedade é a liberdade de ação administrativa, dentro dos limites permitidos em lei, ou seja, a lei deixa certa margem de liberdade de decisão diante do caso concreto. Deve-se existir um motivo para ensejar a prática de um ato, e este motivo deve estar dentro da realidade, e os objetivos visados devem estar dentro da razoabilidade, para que se tornem oportunos a prática de determinado ato.

Trata-se de observação de condutas como instrumentos próprios para obtenção de interesses públicos maiores, desde que obedecendo critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitosas das finalidades que presidam a outorga da competência exercida.

Todavia, diante do contexto, para rever as especificações do item 148 será necessário diligenciar junto a Secretaria Municipal requisitante e realizar novas pesquisas de preços, fato este que demanda um prazo mais longo.

Nesse passo, considerando a necessidade urgente de aquisições dos demais itens da licitação, a medida mais razoável a ser tomada será suprimir do Termo de Referência o supracitado item, para proceder às alterações necessárias, sendo posteriormente publicados em um novo Pregão, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

#### **IV – DA DECISÃO:**

Pelas razões acima expostas, conheço da Peça impugnatória e **DOU PROVIMENTO** aos seus termos, no sentido de alterar as especificações do item 148 contido no Termo de Referência do competente Edital de Pregão Eletrônico 12/2023.

Todavia, o supracitado item será suprimido do Edital e publicado em um novo Pregão, pois tal procedimento de alteração demanda um tempo maior, do qual a Secretaria requisitante não possui. Os demais produtos que estão sendo licitados estão com extrema urgência para atender às Secretarias Municipais, assim como, aos Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social.

As modificações a serem realizadas serão procedidas por meio do Termo de Primeira Retificação ao Edital, sendo este ato administrativo publicado no diário Oficial do Órgão – (ORC).

Comunique-se à impugnante e demais interessados a respeito do teor da presente decisão.

Cuitegi-PB, 12 de junho de 2023.

  
JOSE FERREIRA DOS SANTOS  
Pregoeiro Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI  
Rua Nossa Senhora do Rosário, 35 – Centro – Cuitegi/PB  
CNPJ: 08.781.791/0001-46

## **TERMO DE PRIMEIRA RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12.2023.**

**REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO 12.2023.**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº230529/PE00012.**

**OBJETO:** AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DIVERSOS, DESTINADOS A ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, EXERCÍCIO 2023.

O Município de Cuitegi – Estado da Paraíba, através do Pregoeiro Municipal, Sr. José Ferreira dos Santos, nomeado pela Portaria nº 082/2023, faz saber a PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL, do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12.2023, para supressão de item constante no Termo de referência (anexo I) do Edital, nos seguintes termos:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO NO TERMO DE REFERÊNCIA:**

**1.1.** Fica suprimido do Termo de referência (anexo I) o item nº 148 para realização de ajuste na descrição técnica do item e procedimento de novas cotações/pesquisas de preço, para que seja posteriormente publicado em nova Licitação, conforme a demanda da Secretaria Municipal requisitante.

### **CLÁUSULA SEGUNDA: DA DATA DE REALIZAÇÃO DO CERTAME:**

**2.1.** Fica mantida a data de realização da sessão pública eletrônica, qual seja, 15/06/2023, às 09h00min, tendo em vista que a supressão do supracitado item ora realizado não impacta diretamente na elaboração da Proposta dos demais itens, conforme Art. 22, do Decreto Federal 10.024/2019.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO:**

**3.1.** Os demais termos do edital permanecem inalteradas.

**3.2.** A mencionada retificação obedece, ainda, às exigências das leis federais nº 8.666/93 e 10.520/02, assim como o Decreto Federal 10.024/2019.

  
**JOSE FERREIRA DOS SANTOS**  
Pregoeiro Municipal

Cuitegi, 12 de junho de 2023.